

Senado conclui votação do Código de Trânsito

Algumas penas foram reduzidas para adequar a punição à abrangência dos juizados especiais de pequenas causas. Projeto voltará à Câmara dos Deputados após apreciação do texto final



O plenário discute os destaques durante duas horas: objetivo é acelerar julgamento das infrações

Punição alcança empresa que prolonga jornada

O proprietário de veículo ou de empresa de transporte de carga ou coletivo que exigir do motorista jornada de trabalho superior à permitida pela legislação, colocando em risco a segurança das pessoas, poderá também ser punido, conforme uma das emendas ao Código de Trânsito aprovadas ontem.

De autoria do senador Valmir Campelo (DF), líder do PTB, a emenda prevê a pena de reclusão de seis meses a

um ano para os infratores. O relator Gilberto Miranda tentou, sem êxito, modificar a expressão "jornada de trabalho" por "tempo de direção", para definir a responsabilidade trabalhista e penal dos infratores. Miranda lembrou que os motoristas de ônibus ou caminhões são responsáveis por 42% dos acidentes nas rodovias do País.

Ao substitutivo foi incorporada emenda prevendo penalidade para os chamados "cri-

mes por direção perigosa". Para estes crimes ficou estabelecida a punição com detenção de seis meses a um ano, caso o motorista provoque desastre. Se o acidente resultar em lesão corporal, a detenção passaria para um a dois anos. Se a pessoa atropelada morrer, a pena prevista é de seis a 18 anos, com atenuante de até 1/3 da pena caso o motorista preste socorro imediato à vítima e custeie o seu tratamento médico.

O plenário do Senado concluiu ontem, em sessão extraordinária, a votação do substitutivo ao projeto do Código de Trânsito Brasileiro, com a aprovação de destaques. A matéria depende agora da aprovação do texto final para voltar à apreciação da Câmara dos Deputados.

Após duas horas de discussões foi aprovada, entre outras, a emenda que fixa pena de seis meses a dois anos de prisão para o condutor de veículo flagrado sob efeito de álcool ou substâncias tóxicas, acrescida de multa. O parecer do relator, Gilberto Miranda (PMDB-AM), previa pena de três anos para a mesma infração, mas o texto foi modificado em plenário para que se adequasse a punição à abrangência dos juizados especiais de pequenas causas, conforme proposta do senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB.

Com o mesmo objetivo, a pena para o motorista que deixar de prestar socorro à vítima em caso de colisão ou atropelamento foi reduzida para um ano de reclusão. No texto original do substitutivo, a pena prevista era de seis meses a dois anos.

Em defesa de suas emendas, Machado citou a necessidade de acelerar os julgamentos das infrações de trânsito, meta que pode ser alcançada pela ação dos juizados de pequenas causas. Segundo ele, essa é a "tendência mundial" das legislações penais após recente reunião da ONU, em Viena.

Plenário aprova contas de Itamar relativas a 94

Página 6

Banco que for ao Proer não poderá demitir empregado

Projeto de Antonio Carlos Magalhães é aprovado pelo plenário do Senado. Agora, irá à Câmara. **Página 3**

Acordo viabiliza votação de ICMS em sessão extra

Página 2

ISENÇÃO DE ICMS

Acordo prevê vetos do Presidente a artigos que prejudicam estados pobres

Na sessão extraordinária marcada para as 10 horas de hoje, proposta deverá ser apreciada como veio da Câmara dos Deputados

Um acordo fechado ontem à tarde entre líderes dos partidos que apóiam o governo e o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, permitirá que o projeto de lei complementar que isenta do ICMS as exportações de produtos básicos, semi-elaborados e compras de máquinas e equipamentos seja votado, sem mudanças, em sessão extraordinária convocada para as 10h de hoje.

Os artigos que na prática impedem os estados pobres ou do interior de conceder incentivos fiscais para atração de indústrias serão vetados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme o acerto dos líderes com o Palácio do Planalto. O líder do governo no Senado, Elcio Alves (ES), informou em entrevista que não serão usadas emendas supressivas no plenário do Senado para eliminar os artigos do projeto.

Ficou acertado entre as lideranças que será feita uma consulta à CCJ para decidir se um



Kandir discute as bases do acordo com os senadores

projeto que receber emenda supressiva deve voltar ou não à Câmara. As presidências do Senado e da Câmara entendem a princípio que, quando o Senado aprova apenas emenda supressiva de uma proposta já votada pelos deputados, o projeto não precisa ser submetido novamente ao voto da Câmara. Pelo acordo, o presidente da

República deve vetar os artigos 22, 27, 28, 29 e 34 do Projeto de Lei Complementar nº 57.

Na sessão de hoje de manhã, também serão votadas resoluções que autorizam estados e municípios a tomar empréstimos e permitem à União trocar títulos da dívida externa, para alongar prazos de pagamento.



Roberto Requião

Requião apóia opinião de Osiris sobre o projeto

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comentou ontem artigo do ex-secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, no qual o técnico faz críticas ao projeto do ICMS, que deverá ser votado hoje pelo Senado. Requião apoiou as considerações de Osiris e lamentou que a Casa não tenha apresentado emendas à proposta do então deputado e atual ministro do Planejamento, Antonio Kandir.

Requião destacou a observação de Osiris Lopes Filho de que a matéria não foi discutida com profundidade. O senador disse que, segundo o ex-secretário, "o Senado, menos jovial do que a Câmara, não tem propensão para a corrida acelerada que caracteriza a tramitação da matéria naquela Casa". Por isso, o ex-secretário da Receita acha que os senadores vão usar a sabedoria e a prudência na sua apreciação.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 10h - Despachos internos.
10h30 - Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado.
14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado.

PLENÁRIO

- 10h30 - Sessão deliberativa extraordinária do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 158/96, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids; *PLC nº 57/96-Complementar, que isenta de ICMS os produtos semi-elaborados destinados à exportação; e terceiro e último dia de discussão em segundo turno das *PECs nºs 22 e 30/96, que tratam da criação de municípios e da reforma da educação, respectivamente.
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substitutivo do Senado ao PLC nº 124/92, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969/73, tornando inexistente, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do Proagro, a dívida oriunda

do crédito rural; *PLS nº 43/95, que permite a utilização de fac-símile (fax) para veicular atos processuais, pelas partes envolvidas; *PLS nº 58/96, que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação; e *Projeto de Resolução nº 63/95, que institui duas coleções a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitucional do País e outra sobre os "grandes vultos que honraram o Senado".

COMISSÕES

- 10h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Audiência pública, tendo como palestrantes o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, e o secretário de Orçamento Federal, Waldemar Giomi, para prestarem esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária para 1997. Plenário 02 da Câmara dos Deputados.
10h - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 18/95 (terminativo), que inclui a disciplina "História e Cultura da África" nos currículos que especifica; *PLS nº 102/96 (terminativo), que dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem; e *PLS nº 92/96 (terminativo), que institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Socorro do Proer impede banco de demitir

Senadores aprovam o projeto de Antonio Carlos Magalhães que obriga à implantação de programa de demissões voluntárias. Matéria será agora analisada pela Câmara

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) que proíbe os bancos que receberem ajuda financeira do Proer de demitir funcionários, sem justa causa, nos dois anos seguintes. Proer é o programa do Ministério da Fazenda que concede financiamentos aos bancos em dificuldades. O projeto ainda terá de ser votado pelos deputados. Os funcionários demitidos dos ex-bancos Econômico, Nacional e Banorte não serão beneficiados.

Ao defender a proposta, Antônio Carlos Magalhães esclareceu que o projeto obriga os bancos que recorrerem ao Proer a implantar programas de demissão voluntária com vantagens financeiras. "Isso permitirá que os demitidos possam buscar novas atividades, criando microempresas ou atu-



Antonio Carlos Magalhães

ando no mercado informal", explicou. A proposição estabelece que não poderá haver demissões sem justa causa desde o momento em que o Conselho Monetário Nacional aprovar a ajuda do Proer ao banco em dificuldades.

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator do projeto, ponderou que o Proer buscou defender os clientes dos ban-



Waldeck Ornelas

cos, mas o governo se esqueceu "dos bancários, uma das parcelas mais frágeis da sociedade neste momento". Para ele, o projeto evitará que os bancos em dificuldades engrossem mais ainda as estatísticas de desemprego no País.

Josaphat Marinho (PFL-BA), depois de informar que o Banco Central já gastou com bancos em crise R\$ 13,5 bi-

lhões, disse que este órgão assinalou em documento que nada pode fazer para impedir a demissão de funcionários. "É uma falta de lógica. O BC diz que não pode tentar evitar o aumento do desemprego, mas pode gastar dinheiro público para salvar os bancos", observou.

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o projeto cria um precedente importante e que as empresas que recorreram à ajuda do BNDES e do Banco do Brasil também poderão ser impedidas de demitir sem justa causa. O projeto foi ainda defendido em plenário pelos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Jefferson Peres (PSDB-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), José Eduardo Dutra (PT-SE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

Congresso aprova créditos ao Orçamento

Reunido na noite de ontem, o Congresso Nacional autorizou o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de R\$19 milhões 980 mil 732 em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Na mesma sessão, o Congresso autorizou a abertura de crédito suplementar de R\$ 8 milhões em favor da Câmara dos Deputados. As duas aberturas de crédito tiveram parecer favorável da Comissão Mista de Orçamento.

Távola celebra centenário do compositor Carlos Gomes

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) homenageou ontem o compositor Carlos Gomes pelo centenário de sua morte, relatando as polêmicas que marcaram sua vida. Conforme o parlamentar, a obra desse compositor foi energeticamente repudiada pelo movimento republicano brasileiro, pelo fato de ele ter estudado na Itália beneficiando-se de bolsa de estudos fornecida pelo imperador Pedro II.

Conforme Távola, Carlos Gomes iniciara-se na maçonaria quando jovem e tinha simpatias republicanas, mas não podia deixar de testemunhar sua grati-

ção pela bolsa de estudos a ele fornecida pela Coroa, daí porque a primeira polêmica que marcou sua vida confundeu-se com as disputas entre a monarquia e a república no Brasil. Mas o senador observou que, "passada a refrega daquela luta política, o valor da obra de Carlos Gomes emergiu naturalmente".

Ele mencionou também a discussão que via Carlos Gomes como um sul-americano agindo como um europeu que colocava índios em suas óperas. E disse que, ao inaugurar-se a Semana de Arte Moderna de 1922, quando proclamou-se o predomínio dos valores nacionais sobre os europeus, esse compositor passou



Artur da Távola

a valer por sua magnífica obra. Em apertes, os senadores Iris Rezende (PMDB-GO), Pedro Simon (PMDB-RS), Edison Lobão (PFL-MA) e Júlio Campos (PFL-MT) associaram-se à homenagem.

Renda média do brasileiro cresceu 29%, diz Arruda

Líder do governo comemora conquista obtida nos últimos dois anos e garante que o Plano Real representou uma transferência de renda das classes mais ricas para as mais pobres

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), destacou ontem os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita pelo IBGE, os quais demonstram que, no período de 1993 a 1995, o rendimento médio do brasileiro aumentou 29%.

Segundo o senador, essa renda passou de R\$ 338,00 para R\$ 434,00. "É o rendimento mais alto dos últimos 10 anos. Isso significa que o Brasil está socialmente um pouco melhor, o País parou de piorar", disse.

Celebrando essa redistribuição de renda constatada em dois anos de governo Fernando Henrique Cardoso, o líder ressaltou que esses números significam apenas o começo para um país secularmente marcado por injustiças e desigualdades sociais.

Ele alertou que esses números aumentam a responsabilidade do Legislativo na discussão e votação das reformas estruturais necessárias para que o plano de estabilização econômica possa ser permanente.



José Roberto Arruda

Arruda disse que esse foi o levantamento mais completo da situação sócio-econômica do Brasil, constituindo-se também, em sua opinião, "no primeiro passo de uma revolução silenciosa no panorama social do País". Ele enfatizou que, além de ter registrado aumento no rendimento médio dos brasileiros, a pesquisa também chegou a essa constatação nas classes de menor renda. Os rendimentos dos 10% mais pobres da população aumentaram 100%, acentuou. A média de renda nessa classe social, conforme explicou, era de R\$

24,00 ao mês em 1993, passando para R\$ 48,00 em 1995.

A parcela da população que ganhava até um salário mínimo em 1993 era de 22%, caindo nessa proporção para 16,4% em 1995, ou seja, 5,6% saíram dessa faixa de pobreza, assinalou. Arruda também disse que os 10% mais pobres da população brasileira detinham 0,7% da massa bruta de rendimento nacional em 1993. Agora, esses mais pobres detêm uma parcela equivalente a 1%.

O plano de estabilização econômica representou uma transferência de renda das classes mais ricas para as classes mais pobres - comemorou o senador. Arruda também informou que caiu o número de crianças fora da escola. Em 1990, representavam 15,5% do total de crianças entre 7 e 14 anos. Em 1995, esse percentual caiu para 9,8%. Segundo o parlamentar, houve aumento do nível

geral de instrução. Em 1992, 14,1% da população tinham o segundo grau concluído. Em 1995, passaram a ser 15,4%.

O líder do governo disse que o principal resultado desse levantamento é saber que no Brasil agora dá para ser otimista com os pés no chão. "Exatamente porque temos uma herança pesada e porque nossos problemas são seculares, o Brasil tem uma cultura ciclotímica - vai das grandes esperanças às grandes frustrações", frisou. Para que esses indicadores sociais con-

"No Brasil agora dá para ser otimista com os pés no chão"

tinuem ascendentes, salientou, é fundamental que o Plano Real tenha continuidade e que sejam votadas as reformas propos-

tas pelo governo. O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) elogiou o discurso de Arruda, dizendo que o imposto mais drástico já pago pelo brasileiro foi o da inflação crescente e incontrolável.

Para Suassuna, isenção do ICMS agrava desigualdades

agora na fatura de recursos e na relativa pequenez de encargos. Existem cidades onde a pobreza da população, aliada à falta de recursos das prefeituras para a montagem de um sistema efetivo de arrecadação, impede o recebimento de qualquer tipo de imposto municipal - afirmou.

Segundo Ney Suassuna, a



Ney Suassuna

pesquisa Modelo e Gestão Democrática - Decentralização e Políticas Públicas Municipais, realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, em convênio com a Sudene,

mostra que 90% das cidades nordestinas se encontram nessa situação. "Esse fato se torna claro quando constatamos a completa de-

pendência em que alguns municípios nordestinos vivem com relação às transferências constitucionais. Desprovidos de recursos gerados localmente, eles ficam incapacitados de financiar serviços essenciais", frisou.

Para o senador, é necessário estabelecer um plano nacional para reduzir essas diferenças, pois, a seu ver, elas tendem a se agravar ainda mais no momento em que o Estado se vê questionado como agente do desenvolvimento e "é constrangido a se afastar cada vez mais da atuação e do planejamento econômico".

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que sejam ouvidos os secretários de Finanças dos estados, a fim de se buscar uma solução para o problema das desigualdades regionais no País. Ele advertiu que o projeto que estabelece isenção de ICMS sobre as exportações poderá aumentar a gravidade do problema.

Embora a Constituição tenha aumentado em até 20% o volume de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, não devemos pensar que todas as municipalidades vivam

Coutinho tem planos para recursos da Vale

Senador propõe que se destinem 50% do dinheiro a ser obtido na privatização aos estados onde a empresa atua e os restantes 50% a outras áreas, desde que carentes de infra-estrutura



Júlio Campos

Júlio Campos oferece apoio a diretor do BB

O senador Júlio Campos (PFL-MT) registrou ontem seu apoio ao manifesto publicado no jornal *Correio Brasileiro*, sob o título "Em defesa de um Homem de Bem", cujo conteúdo representa um desagravo ao secretário-executivo da diretoria do Banco do Brasil, Manoel Pinto.

Citando a nota, Júlio Campos destacou que o funcionário do BB tem sido alvo de acusações inconsistentes por parte de pessoas cujos interesses foram contrariados por sua postura ética em defesa da instituição em que trabalha há mais de duas décadas, bem como do desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste.

A nota é assinada pela Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul (Fiems); Federação das Associações Comercial e das Indústrias do DF; Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do DF; Associação dos Criadores do Planalto; Sindicato Rural do DF e Federação das Indústrias do DF.

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) apresentou ontem projeto de lei determinando que os recursos que forem apurados com a venda da Companhia Vale do Rio Doce, de suas subsidiárias, controladas e coligadas sejam aplicados em obras de infra-estrutura em áreas carentes e na criação de um Fundo de Desenvolvimento dos Estados da Área de Atuação da Vale (Funvale), no âmbito da área de atuação da companhia.



Coutinho Jorge

Pela proposição, 50% dos recursos obtidos com a venda da Vale seriam investidos em regiões carentes de infra-estrutura econômica, em projetos constantes do Plano Plurianual da União, excluídos os estados onde a companhia explore bens ou serviços. Os demais 50% dos recursos comporiam o Funvale, a ser gerido pelo BNDES com o objetivo de proporcionar eficaz aplicação dos recursos.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que vai entrar com ação no STF contra a privatização da Vale, caso o governo não mantenha sob seu domínio os cientistas e os alvarás que possui. Simon sugere a divisão da empresa em cinco grupos, mas que ela não seja totalmente privatizada.



Lauro Campos

Lauro condena a proposta para aumento de juros

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem o Banco Central, afirmando que a instituição "acaba de propor, através do interessado diretor Gustavo Franco, que o Brasil bata à porta dos banqueiros mundiais e peça para pagar um juro mais elevado, de 13% ao ano, trocando os papéis novos pelos antigos papéis depreciados" (bônus da dívida externa). O senador disse que propor o aumento da taxa de juros da dívida externa brasileira deveria ser considerado crime contra a Nação.

Lauro Campos afirmou que a dívida externa brasileira cresce indiferente à fome e aos sacrifícios do povo. "Não é possível tratar com irresponsabilidade o problema cambial. Não é possível representarmos aqui os interesses dos que nos dominam", assinalou.

O senador disse ainda ser radical e constantemente contra todo aumento da dívida externa. "Por mais que apertemos nossos cintos, os cintos da nossa população explorada, estamos sempre devendo. Todo mundo que vende um valor superior ao que compra é credor. O Brasil exporta mais do que importa, vende mais do que compra e continua devendo cada vez mais", frisou.



Presidente coreano saúda aproximação com o Brasil

Sarney recebe presidente da Coreia, Young Sam

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente da Coreia, Kim Young Sam, que veio ao Brasil acompanhado de grande comitiva de empresários interessados em investir no País. Sarney destacou no encontro as boas perspectivas que se abrem para o incremento do comércio bilateral e saudou a importância crescente da Coreia, "tanto em termos regionais quanto mundial e dentro de um clima democrá-

tico".

Ao lado dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e Humberto Lucena (PMDB-PB), Sarney recebeu com satisfação a manifestação do presidente coreano, de confiança em maior aproximação entre os dois países, não só no plano econômico, mas também em outras áreas, inclusive as relações entre os dois Parlaentos.

Senado aprova contas de 94 do presidente Itamar Franco

Decisão contrariou proposta do líder do PT, José Eduardo Dutra, de que a Casa aguardasse a conclusão de auditorias em andamento

O plenário do Senado concordou ontem com projeto de decreto legislativo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que aprova as contas do presidente Itamar Franco relativas ao exercício de 94.

O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), ponderou que os senadores deveriam esperar que o TCU encerrasse algumas auditorias sugeridas pelo relator, Bello Parga (PFL-MA), o que o plenário não levou em consideração.

Entre as auditorias propostas, Dutra destacou uma des-



Bello Parga

tinada a verificar se a União perdeu dinheiro na "concessão de vantagens indevidas aos bancos nacionais no processo de renegociação da dívida externa brasileira".

Os senadores também aprovaram, em turno suplementar, projeto de Freitas Neto (PFL-

PI) que cria a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba, e que agora será votado pelos deputados.

Voltou à CCJ emenda constitucional de Esperidião Amin (PPB-SC) que altera a lei de inelegibilidades. A proposta vai tramitar com outra emenda sobre o tema. Também saiu da Ordem do Dia, para tramitar com uma proposta sobre o mesmo assunto, projeto de lei que aumenta o prazo mínimo de cadeia para quem rouba carro e o transfere para outros estados ou para o exterior.

Orçamento já tem home page na Internet

"Com a inauguração da home page da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a população terá uma extensão da cidadania. Cada indivíduo poderá manifestar sua opinião sobre as aplicações das verbas públicas", disse ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao inaugurar a página da Comissão Mista na Internet, a rede mundial de computadores.

- O Parlamento tem que se conjugar com a sociedade e ela deve ter total visibilidade dos gastos públicos - afirmou Sarney.

Acessando a Internet, o cidadão poderá informar-se sobre as dotações orçamentárias da União previstas para cada estado do País, no exercício de 1996. Poderá saber, por exemplo, quanto será empregado na conservação de rodovias em determinado estado ou quanto está previsto para a educação ou para a área de saúde.

A cerimônia contou com a presença do presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, deputado José Sarney Filho (PFL-MA). Ele disse que o objetivo da home page é divulgar, para toda a sociedade, o trabalho da comissão e as propostas orçamentárias.

O endereço eletrônico da comissão mista é o mesmo do Senado (<http://www.senado.gov.br>). Basta acessar a home page do Senado e, em seguida, a Comissão Mista de Orçamento.

Recursos para transportes crescerão 50% no próximo ano

O ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, afirmou ontem, na Comissão Mista de Orçamento, que seu ministério deverá dispor, de acordo com a Proposta Orçamentária para 1997, de R\$ 2,5 bilhões para investimentos, o que representa um crescimento de aproximadamente 50% em relação a este ano.

Durante a audiência pública, à qual o ministro compareceu para prestar esclarecimentos acerca da elaboração do orçamento do seu ministério, o relator-geral da matéria, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), anunciou que o Orçamento da União seria incluído, a partir de hoje, na Internet.

- Trata-se de mais uma maneira de ampliar a discussão da questão orçamentária, tornando-a acessí-

vel à sociedade - esclareceu Carlos Bezerra.

Em sua exposição, Alcides Saldanha informou que os recursos destinados a investimentos na área de transportes deverão ser distribuídos da seguinte maneira, por regiões: Norte, 8,3%; Nordeste, 13%; Centro-Oeste, 4,3%; Sudeste, 39,4%, e Sul, 15,7%. Os investimentos não regionalizados ficarão com 19,38% dos recursos.

O ministro justificou a diferença entre os recursos que caberão às diversas regiões, pela necessidade de se dar prosseguimento a projetos que já estavam em andamento e receberam recursos externos. Entre estes, ele destacou o porto de Santos, o metrô de São Paulo e a implantação do porto de Sepetiba (RJ), entre outros.

Suassuna espera novos tempos com Código de Trânsito

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem esperar "novos tempos" após a votação do Código de Trânsito Brasileiro. Depois de destacar que o trânsito é o responsável, no Brasil, "por uma guerra do Vietnã anual", Suassuna lamentou, sobretudo, que jovens sejam vítimas de acidentes nas ruas e estradas do País. E lembrou que, além dos mortos, há os que passam o resto de suas vidas em cadeiras de rodas.

Suassuna destacou que o texto do futuro código define vários itens de segurança, como *air-bag*, cintos de segurança em ônibus e películas anti-reflexivas para os faróis, municipaliza o policiamento de trânsito e introduz penas severas, como a detenção, em caso de infrações graves.

Outra questão abordada pelo senador foi o projeto que elimina o ICMS nas exportações. "Se o projeto passar como está, muda o relacionamento entre os estados e haverá graves consequências sobre a Zona Franca de Manaus, o Norte e o Nordeste", advertiu o senador.

Hollanda cobra reforma agrária sem ódio

Segundo senador, modificação da estrutura fundiária se impõe pelo conjunto de benefícios que pode trazer, como a geração de empregos e a redução do êxodo rural

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) reiterou ontem a necessidade de se adotar uma providência urgente que "ponha fim aos sangrentos conflitos no campo". Ele sugeriu às autoridades federais que, inspiradas no exemplo de diversos segmentos da sociedade brasileira, apremem a reforma da estrutura fundiária.

- Inicialmente, é preciso desarmar os espíritos. Uma discussão sobre reforma agrária, hoje, não mais comporta con-



Joel de Hollanda
ceitos de natureza ideológica - frisou o senador. No seu entendimento, a modificação da estrutura agrária se impõe pelo conjunto de benefícios que a

reforma pode trazer, como a geração de empregos e a redução do êxodo rural.

Joel de Hollanda destacou uma série de iniciativas que, a seu ver, demonstram que a reforma agrária pode ser mais fácil e menos onerosa do que se imagina, "especialmente se tratarmos a questão com espírito desarmado e usando criatividade".

Depois de elogiar as decisões do Exército brasileiro e da Igreja Católica visando a doar

terras para a reforma agrária, o senador mencionou experiência do Distrito Federal, onde a Secretaria de Agricultura, com o apoio do Inbra, assentou 150 famílias em terras que recebera como pagamento de dívidas. Disse ainda que em Mato Grosso "a reforma vem ocorrendo após inédito acordo celebrado entre o governo estadual, o Inbra, o Movimento dos Sem-Terra e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura".

Simon: Sociedade exige mudanças no campo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que a sociedade brasileira reclama uma política agrária que venha solucionar não apenas os problemas enfrentados pelos sem-terra, como também os que atingem os agricultores do País. Para ele, se o presidente da República dedicar à questão apenas 30% do esforço que empregou na criação do Proer, "que não contava com o apoio da Nação", poderá realizar a reforma agrária num processo pacífico e democrático.

Como prova de que os brasileiros estão convictos da necessidade da reforma agrária e preparados para ela, Simon citou o exemplo dado pelo Exército quando colocou à disposição do governo, para a reforma agrária, 3 milhões de hectares da sua propriedade. Também referiu-se ao fato de a Igreja Católica estar inventariando áreas para essa finalidade e lembrou atitudes de proprietários de terras que se dispõem a tê-las desapropriadas por baixo preço, desde que sirvam a novos assentamentos.

Ele criticou o presidente

do Banco do Brasil, que, segundo disse, em vista da inadimplência dos fazendeiros, defendeu o fim do crédito rural para normalizar a vida do banco. Para Simon, é evidente que se houvesse uma polí-

tica agrícola eficiente, os fazendeiros não entregariam suas terras em pagamento de dívidas e o governo não estaria entrando na contradição de comprar, de banqueiros, propriedades recebidas em paga-

mento de dívidas que não puderam ser saldadas por falta de apoio à agricultura. Pedro Simon recebeu o apoio dos senadores Joel de Hollanda (PFL-PE) e Lauro Campos (PT-DF).

Senador garante que o PMDB não barganha apoio à reeleição

O senador Pedro Simon insurgiu-se contra matéria publicada ontem pelo *Jornal do Brasil*, segundo a qual o PMDB estaria disposto a apoiar a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República desde que recebesse cargos no governo federal. "Duvido que, em nome do PMDB, alguém tenha falado que o partido trocará cargos pelo apoio à reeleição. Também não acredito que o presidente Fernando Henrique Cardoso entre nessa".

Simon lembrou que Fernando Henrique foi ministro da Fazenda de um governante (Itamar Franco) que demitiu um ministro



Pedro Simon

do Planejamento (Alexis Stepanenko) porque este dissera que ele inauguraria uma obra para favorecer a campanha do seu sucessor.

Simon disse que da mesma forma o Presidente não poderia agora ter-se deslocado para São Paulo a fim de inaugurar uma obra do metrô em pleno período de campanha do seu candidato à prefeitura daquela cidade. "Se o caipira do Itamar Fran-

co tinha esses princípios de ética e moral, o que dizer de um estadista do porte de Fernando Henrique?", indagou ele. Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que seu maior temor na questão da reeleição é que o presidente da República se torne refém do fisiologismo do Congresso. "Tenho receio de que possamos assistir ao funeral moral do presidente da República na batalha pela reeleição", acentuou.

DOM PAULO

O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, foi homenageado por Simon, que apelou ao Papa para que não permita sua aposentadoria. O senador destacou que Dom Paulo viveu com louvável dignidade uma das fases mais difíceis da história do Brasil.

Odacir: Cortes ameaçam cacau em RO

Suspensão dos repasses do Planaflo a Ceplac interromperá as atividades previstas do órgão e resultará em grandes prejuízos para a cultura do produto no estado, diz senador

Planejamento familiar volta à pauta este ano

O Congresso Nacional deverá apreciar o veto presidencial à lei de planejamento familiar logo após as eleições de 3 de outubro. O compromisso foi assumido ontem pelo senador José Sarney, em resposta a um apelo apresentado por deputadas e senadoras integrantes da bancada feminina, que acompanharam a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcey de Oliveira, e dirigentes de entidades feministas, no encontro com o presidente do Senado.

De acordo com a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), o presidente Sarney manifestou-se "solidário" com o pleito das lideranças feministas e aproveitou a oportunidade para elogiar a "lei de quotas", pela qual as mulheres tiveram garantia de pelo menos 20 por cento das vagas para a disputa de cargos nas eleições de outubro próximo. Ele considerou fator de entusiasmo a disposição com que as mulheres estão participando do processo eleitoral. Também participou do encontro a senadora Sandra Guidi (PPB-SC).



Ferolla e Iris Rezende, na reunião de ontem da CCJ

CCJ aprova a indicação de ministro para o STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou a indicação do tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar,

na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Cherubim Rosa Filho.

A mensagem presidencial com a indicação, relatada favoravelmente pelo senador José Bianco (PFL-RO), será submetida agora à deliberação do plenário do Senado.

Reeleição de Paulo Cabral

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) registrou ontem a reeleição do jornalista Paulo Cabral de Araújo para novo mandato de dois anos como presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

O senador lembrou que Paulo Cabral de-



Lucena

fendeu a criação de uma rede mundial de vigilância para preservar a liberdade de imprensa, assinalando que a proposta do presidente da ANJ é unir esforços com a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e com a Associação Mundial de Jornais.

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu às autoridades responsáveis pelo Projeto de Gerenciamento dos Recursos Naturais de Rondônia (Planaflo) que revejam a decisão de sustar os repasses de verbas à Ceplac e a outros órgãos que, em cooperação com aquele programa, realizam pesquisas e outras ações de extensão rural no estado.

Para o senador, a medida poderá interromper trabalhos que a Ceplac, confiante na liberação de recursos contratados e programados para até 1997, vem desenvolvendo na região.

Odacir Soares



Conforme advertiu, a paralisação resultará em grandes prejuízos à cultura do cacau no estado, uma vez que poderá atingir até mesmo a Campanha de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

Odacir admite que a intenção de se cortarem repasses é positiva quando se pretende que as ações de pesquisas e assistência técnica sejam identificadas e executadas pelos Projetos Autônomos Independentes comunitários. Entretanto, ele teme que falte competência técnica aos representantes comunitários para realizar, com eficiência, esses trabalhos.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, ODACIR SOARES, ERNANDES AMORIM, NEY SUASSUNA E ANTONIO CARLOS VALADARES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célião Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal